

Modos de fazer socioeconomia

Contribuições à educação popular II



Modos de fazer socioeconomia

Contribuições à educação popular II



Rio de Janeiro, janeiro de 2008

Ficha Técnica:

PACS - Instituto Políticas Alternativas
para o Cone Sul
CNPJ.: 31.888.076/0001-29
Av. Rio Branco, 277 / 1609 Centro
CEP 20.040-009 Rio de Janeiro/ RJ
Telefax: (0xx21) 2210-2124
Correio Eletrônico: pacs@pacs.org.br
Sítio do PACS: www.pacs.org.br

Série: Semeando Socioeconomia
Nº 10 - Modos de fazer socioeconomia -
Contribuições à educação popular II

Colaboradores:

Bruno Lopes, Elizete Menegat, Kátia Aguiar, Marcos
Arruda, Maria Eduarda Quiroga, Rosana Lobato,
Sandra Quintela, Terezinha Pimenta.

Produção editorial e revisão:

Márcia Shoo

Projeto Gráfico e ilustrações:

Gabi Caspary

Impressão:

Corbã Editora Artes Gráficas

Apoio:

CHRISTIAN AID (Reino Unido)
TRÓCAIRE (Irlanda)
Ação Quaresmal (Lucerna, Suíça)
FPH (França e Suíça)
DKA (Áustria)
Pão para o Mundo (Alemanha)
Appleton Foundation (EUA)
Fundación para la Noviolencia (EUA)
SCIAF - Scottish Catholic International Aid Fund
(Escócia)

PACS - Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul

Modos de fazer socioeconomia - Contribuições à
educação popular II. Rio de Janeiro, PACS, 2008.
p. 52 (Semeando Socioeconomia, 10)

ISBN 978-85-89366-20-5

1. Socioeconomia solidária. 2. Educação popular.
3. Gestão e viabilidade. 4. Economia e feminismo.
5. Território. I. PACS - Instituto Políticas Alternativas
para o Cone Sul. II. Título. III. Série.

Sumário

Em que mundo vivemos?	5
Desmistificando o economês	11
Socioeconomia solidária e o reencantamento do mundo	20
Desafios no trabalho de formação em economia com as mulheres	29
Pobreza urbana e apropriação do território na atualidade	36
Sustentabilidade de iniciativas populares: por uma mudança de paradigma	45



Em que mundo vivemos?

Rosana Lobato*

É o que perguntamos quando nos deparamos com a tecnologia, que faz o mundo parecer menor do que realmente é, com as desigualdades que ao passar dos anos só aumentam; e quando acreditamos que o mundo não pode ficar pior do que já está. Nesse contexto cabe também outra pergunta: como fica, então, o trabalho na área social, e para aquel@s técnic@s/educador@s que ainda acreditam na educação popular?

Para ess@s não é tarefa fácil dar conta de tantas demandas quando o grupo trabalhado se enquadra no circuito inferior da economia, sem as condições técnicas que o mercado formal exige. Também não é fácil justificar metas inalcançáveis para agências financiadoras, que querem medir com números os resultados invisíveis do trabalho educativo. E o que é mais complexo: não é fácil carregar a culpa de não conseguir resultados e se frustrar com um trabalho

*Socióloga e educadora popular.

popular que se defronta todo o tempo com a fome. As saídas mais imediatas são a distribuição de cestas básicas e a tentativa de suprir a desqualificação profissional exigida para a ocupação de postos de trabalho. E de novo ocorre a frustração por não estar reencaixada, esta força de trabalho, no circuito superior da economia.

Como explicar para homens e mulheres chefes de família que o mercado não absorve toda essa força de trabalho? Como trabalhar questões complexas como a mobilização e a participação quando não se

tem o que comer? Não são questões simples e não restam dúvidas de que precisam ser equacionadas no âmbito mais imediato.

Um dos maiores desafios enfrentados por técnic@s, educador@s e instituições é o de trabalhar as contradições, as perguntas sem respostas ou a superação das receitas pré-estabelecidas. A nosso ver, este trabalho pode ter duas vias: a primeira delas é insistir n@ educador@ como aquele que detém o saber, que por meio de metodologias “milagrosas”



vai criar nos grupos a ilusão da possibilidade de sair da sua condição de submissão, cercados de todas as carências, entre elas a comida e o emprego. E neste caminho entre o que comer e o que fazer, acredita-se que falta tudo. A outra possível via que @s técnico@s/educador@s da área social podem seguir é a da descoberta das potencialidades e riquezas que estes sujeitos trazem, os saberes acumulados em uma trajetória de vivências e experiências próprias que criam as mais diferentes formas de saberes, de resistência e de modos de sobrevivência.

Quando a opção de trabalho é ensinar técnicas e receitas que podem tirar os grupos de suas condições de déficit de comida, emprego, capacitação e tantas outras faltas, o risco que se corre é muito grande e tanto esforço acaba por reproduzir as normas e regras que o sistema vigente impõe, determinando o que tem valor, o que é importante para o mercado. E os resultados são, na sua grande maioria, a frustração através das metas não alcançadas e a reafirmação do lugar de subemprego e submundo dos grupos afastados de qualquer mobilidade.

A outra opção é ter como ponto de partida as potencialidades e riquezas dos grupos trabalhados, o envolvimento deles e d@s educador@s na descoberta

conjunta das diversas formas de organização local e dos modos de resistência existentes. Esta é uma escolha que também implica riscos, porém o processo de identificação conjunta de mudanças importantes a realizar e das formas de luta capazes de viabilizar essas mudanças abre canais para o seu reconhecimento como sujeitos do processo de formação de políticas que atendam a tod@s e não a alguns poucos privilegiados. Os riscos, assim, são também possibilidades do novo, da criação.

É partindo das potencialidades das pessoas, dos grupos e dos seus locais que o trabalho vai ganhando formas de resistência a um sistema cruel que valoriza o mercado, e não o trabalho e a capacidade de criação das pessoas; vai se fortalecendo na valorização das culturas locais, que vêm perdendo espaço para uma cultura imposta que utiliza sutilezas para nos convencer de que só existe uma maneira de fazer e de viver, impondo uma cegueira sobre as possibilidades de criação, de saberes acumulados por gerações.

O trabalho desenvolvido pelo PACS e comentado nesta publicação foi uma experimentação e um desafio desvendado pelo processo em construção. A perspectiva metodológica adotada nessa experiência

aliou a circulação de informações e a sensibilização d@s técnic@s/educador@s para o reconhecimento das práticas excludentes presentes na maioria das ações voltadas para o público mais à margem de nossa sociedade.

Neste caso, a circulação de informações compreendeu pelo menos duas dimensões. A primeira dimensão referiu-se ao acesso e à atualização sobre temas específicos: os efeitos das decisões de nível macro-político sobre o cotidiano das pessoas nos campos da economia; as questões de gênero, território e de sustentabilidade de iniciativas

populares; além da proposta de outro modelo de desenvolvimento caracterizado pela *Socioeconomia Solidária*.

A outra dimensão da formação se relacionou aos modos de trabalho d@s técnic@s/educador@s que, não estando fora do mundo fragmentado em que vivemos, pouco conheciam as maneiras de trabalho, as questões e dificuldades enfrentadas pel@s companheir@s das outras equipes. Não havia espaços de discussão onde tivessem a oportunidade de abordar questões de natureza estrutural como a que estávamos propondo. Menos ainda tinha-se



sucesso na perspectiva de integração das ações por motivos óbvios. Nesse sentido, o principal objetivo dessa formação foi gerar uma interferência nas práticas e nos modos de organização do trabalho que ampliassem a capacidade da equipe de enfrentar os atuais desafios colocados no mundo do trabalho social.

A idéia era chegarmos ao final dos encontros com uma relação transparente em que os participantes se sentissem à vontade para compartilhar suas experiências. Insistir na afirmação da integração das ações como saída para a realização dos projetos.

Este caderno da série Semeando Socioeconomia tenta dar visibilidade aos temas trabalhados, mas principalmente à forma como a equipe do PACS conduz seus processos de formação. Neste caso, em 12 encontros, foram desenvolvidos cinco temas,

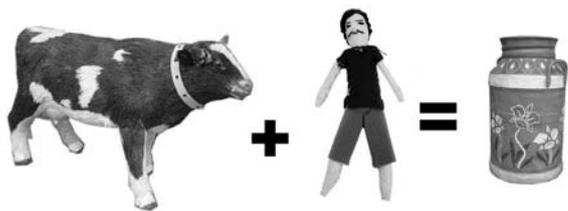
partindo da análise de contextos macro-políticos, percorrendo um caminho gradual, até chegarmos às análises micro-políticas tão necessárias à transformação das práticas.

Assim, os encontros com o grupo de técnic@s/educador@s se firmaram na descoberta de outras maneiras de trabalhar junto ao público e de descobrir, em meio a tantos desafios, que existem outras perspectivas de ver e estar no mundo. Desvendando a Socioeconomia Solidária, podemos, mais do que conseguir resolver as demandas imediatas como a fome, descobrir e resgatar maneiras de reinventar a vida e nos tornarmos realmente seres polític@s e integrad@s.

Desejamos uma leitura agradável e provocativa!

* A arroba (@) utilizada no meio das palavras serve para integrar ambos os gêneros, o masculino e o feminino, ao sentido das palavras. El@s, por exemplo, refere-se a elas e eles. É um modo de romper com padrões patriarcais, a começar pelos próprios padrões da língua portuguesa. As organizações e movimentos sociais, principalmente @s que lidam com causas de gênero, usam a arroba em suas publicações e escrituras virtuais. Fica a sugestão de você passar a usá-la também.

A editora.





Desmistificando o economês

*Ruth Espínola Soriano de Mello**

Confirmando a convicção de que a ciência econômica deve ser mais um instrumento de formação para o fortalecimento da cidadania e dos mecanismos democráticos do que da elitização de uma classe social, assumi o desafio de passar adiante o aprendizado adquirido na faculdade para os grupos populares com quem a equipe interdisciplinar do

PACS se relaciona em seus processos de formação política. Tratava-se também de uma oportunidade de retribuir o investimento oferecido pelo Estado para minha própria formação e, principalmente, de apoiar a conscientização política sobre temas macroeconômicos visando ao fortalecimento da organização popular.

*Economista com especialização em Políticas Públicas e Governo pelo IUPERJ/UCAM, e mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela UFFRJ. Atualmente exerce a função no Instituto Equit de coordenadora global de projetos da Rede Internacional de Gênero e Comércio - IGTN. Desde 2005 é colaboradora do PACS (ruth@igt.org).

Este artigo procura abordar tanto o lado metodológico quanto o conteúdo trabalhado nestes espaços formativos nos quais também me formei.

Para contextualizar a ciência econômica e seu desempenho globalizante, visando a um posicionamento político crítico, faz-se necessário tratar de temas estruturantes que podem ser assim classificados e trabalhados de forma não exaustiva, dependendo do tempo destinado à capacitação:

- **Conceituação/definição e principais problematizações;**
- **Conceitos-chave;**
- **Sistemas sócio-econômicos existentes;**
- **Estratégia de expansão, de manutenção e de contra-posição às distintas formas de realização do capital.**

Quanto à **conceituação da economia e campo de problematização da ciência econômica**, sabe-se que há muitas maneiras de compreendê-la. Para os economistas ditos clássicos, como Adam Smith, David Ricardo ou John Stuart Mill, a economia estuda o processo de produção, distribuição, circulação e consumo dos bens e serviços. Já para os autores ligados ao pensamento econômico neoclássico, a economia pode ser definida como a ciência das trocas ou das escolhas. Neste contexto, Lionel Robbins afirma que a economia lida com o comportamento humano enquanto condicionado pela escassez dos recursos, por relacionar os fins e meios disponíveis para atingi-los. Para outros, a economia seria a ciência da ação humana proposital para a obtenção de certos fins em um mundo condicionado pela escassez.

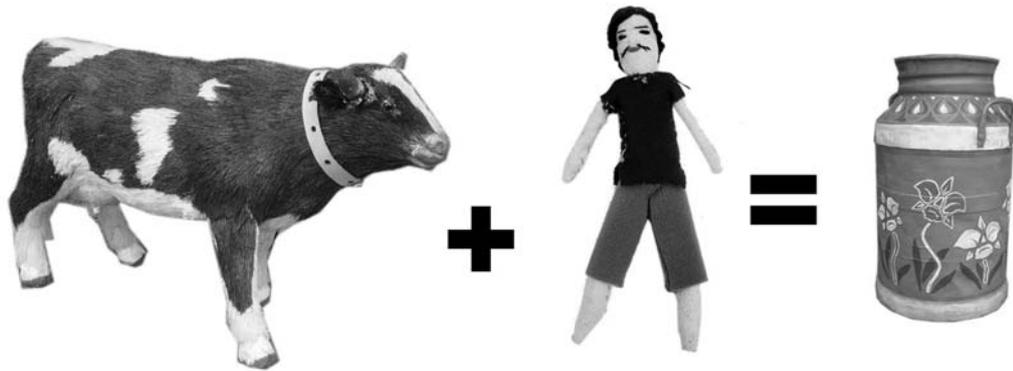


É sempre interessante resgatar a origem da palavra *economia* por trazer uma riqueza de componentes que, normalmente, ilustram bem seu significado, assim como a aproxima mais do público com que se trabalha, já que se entende que a economia trata da vida das pessoas e de onde ela se dá.

A palavra economia tem origem grega. Em oikonomía, oikos está relacionada à casa, moradia, de lugar onde se vive. Já o radical nomos designa administração, gestão, organização, distribuição. Há ainda a origem latina do termo que apresenta oeconomía como signo relacionado à disposição, ordem, arranjo. Tal discussão leva à idéia de que sua gestão traz implicações para todos e por isto deveria ser compartilhada igualmente a fim de trazer benefícios de forma justa.

Uma vez com tal enfoque, normalmente **conceitos-chave** são apresentados pelos próprios participantes, oportunizando um bom momento para trabalhá-los em grupo ou em plenária, de acordo com a dinâmica e com a proposta de trabalho inicialmente formulada. Destacam-se: fatores de produção, recursos naturais, força de trabalho, demanda, consumo, oferta, produção, bem-estar, equilíbrio, moeda, comércio, mercado, desenvolvimento, Estado, sociedade, pobreza, riqueza, etc.





Quanto aos **sistemas socioeconômicos** mais conhecidos, pode-se assim classificá-los e sistematizá-los:

. *Sistema capitalista*: regido pelas forças de mercado, predominando a liberdade do capital, em oposição à subordinação da força de trabalho, que está privada do controle dos bens e recursos produtivos e pela propriedade privada dos fatores de produção (força de trabalho, terra e capital).

. *Sistema socialista*: O socialismo foi concebido com a sociedade comandando os bens e recursos produtivos, exigindo a democracia econômica; a economia viria casada com a política e o empoderamento do mundo do trabalho.

Convém salientar que a *Socioeconomia Solidária* vem se colocando enquanto um sistema socioeconômico alternativo, similar ao socialista, uma outra economia que co-existe com os sistemas supracitados, de modo a superá-los¹.

A temática da **estratégia de expansão** do capital refere-se à retomada do projeto "imperial", onde é buscada a ampliação de mercados consumidores (áreas de "livre comércio": Alca, Nafta, Mercosul, União Européia) em que, a partir do amparo do **livre comércio**, abre-se espaço para a atuação das empresas transnacionais que agem em parceria com as Instituições Financeiras Multilaterais, buscando eliminar barreiras à entrada dos capitais financeiro, comercial e produtivo, normalmente sem bandeiras

territoriais. Mas se sabe que estão intrinsecamente articuladas com os interesses dos principais países desenvolvidos. Tal cenário não era difícil de identificar como sendo contraditório, já que a maioria destes países tem severas medidas protecionistas para seus mercados nacionais: dados nunca faltaram.

Outra estratégia é a manutenção do capital através, por exemplo, dos mecanismos de **endividamento** dos países do Sul. Suas cifras impagáveis nos deixam em uma posição de submissão para com os países credores do Norte, fato que evidencia a prevalência da financeirização como principal atividade econômica de um sistema inconstante, baseado no capital especulativo. Ademais, é importante *questionar* os processos pelos quais os países contraíram suas dívidas, quase sempre relacionadas a períodos totalitários. Também é contestado o fato de os países do Norte nunca terem saldado sua dívida histórica pelos nativos mortos e pelos saques de recursos naturais nos tempos coloniais.

Não há também como desconsiderar a tendência crescente de **militarização dos temas internacionais** ou da **criminalização da pobreza** em nível nacional. São abordados como efeito da miserabilidade e falta de opções para a maioria das populações nos dias vigentes. No primeiro caso, a luta contra o terrorismo

vem justificando volumosos recursos financeiros para a prevenção de atos de contestação. Há também a subserviência de nações quanto à disponibilidade de seu território para ocupação de bases militares estratégicas, tal qual têm feito os Estados Unidos da América em todo o mundo.

Neste mesmo contexto, trabalhamos ainda com o conceito de “paradigma da dominação” para abordar as elites, pelas empresas transnacionais e pelas potências mundiais. Ainda que, como aponta Marcos Arruda (2003), “dominação não se dá apenas na fábrica, entre patrão e operário, mas opera em todos os espaços da sociedade, desde o mais micro, a relação familiar, menino e menina, homem e mulher, dentro da casa, até a dimensão da sociedade inteira [...]; sempre no modelo de relações determinadas pelo capital existe dominação, sendo muitas vezes difícil se identificar todas as formas”.

Procuramos demonstrar que quando o *status quo* da macroeconomia e suas instituições mais representativas (Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, Fundo Monetário Internacional - FMI), órgãos das Nações Unidas, etc.) se propõem a enfocar a **pobreza**, não são questionados os mecanismos geradores e mantenedores da **riqueza**. Fala-se apenas em ações sociais mitigadoras, paliativas dos

efeitos da pobreza, injustiça e desigualdade, como se o fato de que a maioria da população do Planeta (os desprovidos, empobrecidos, desafortunados) em nada estivesse relacionado com a elite rica das nações.

Levemos em consideração que as principais dimensões da pobreza (fome endêmica, falta de habitação popular e insuficiência de escolaridade) em termos econômicos exige mais do que a simples oferta de alimento, casas e escolaridade; trata-se mais de “**habilitação**”, conceito do renomado economista indiano Amartya Sen, que designa a necessidade de a população estar habilitada por um título de propriedade ou pela inserção qualificada no sistema produtivo, derivando então a necessidade de renda via reforma patrimonial (SEN, 1999).

Um outro termo importante a ser tratado é o de **desenvolvimento** e suas derivações, particularmente, o **subdesenvolvimento**. Tido como fundamental por seu sentido evolutivo (de movimento, de processos a serem traçados). Este conceito vem sempre reduzido à dimensão tecnológica e material, sendo as expressões “progresso tecnológico” e “acumulação de riqueza material” quase sempre entendidas como sinônimos. Já a noção de desenvolvimento econômico, que data do século XVIII, está ligada à noção de evolução das ciências da natureza, assim

como à noção de progresso do tempo do Iluminismo na Europa. A partir deste tipo de abordagem mais histórico-conceitual, pode-se trazer o debate para o que o pensamento único concebe como desenvolvimento, identificando-o a crescimento do Produto Interno Bruto - PIB, aumento da rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico, modernização social, e etc., onde a unidade micro-econômica da reprodução do capital é a empresa.

A partir desta lógica, não é difícil tratar do porquê da existência da conceituação de países sub-desenvolvidos, em desenvolvimento e desenvolvidos como se houvesse um caminho natural e um modelo pré-concebido e traçado para se alcançar o prometido desenvolvimento.

Uma contraposição interessante pode ser obtida nos estudos de Sen que entende o desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam, as quais dependem de disposições sociais, econômicas, de direitos civis. Logo, o desenvolvimento requer remoção das privações de liberdade: pobreza, tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos, intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos (SEN, 1999).

Quanto ao material que pode-se utilizar para auxiliar na capacitação, apresentar um artigo pertencente à seção econômico-financeira de algum jornal é uma boa escolha. A partir dele fazer uma leitura crítica conjunta, em grupo e/ou em plenária. Pode-se sentir a *catarse* do grupo quando saem deles mesmos que políticas e processos macroeconômicos, como o crescente endividamento público, as cláusulas dos acordos que nosso País assina com alguma Instituição Financeira Multilateral, a mobilização militar com justificativa duvidosa, influem no preço do pão, do transporte público, na oferta de serviços públicos de educação e saúde, no nível de criminalidade de sua comunidade.

Uma maneira também interessante de se fazer desvelar conscientização e inquietação, uma das intenções dos processos formativos, é atuar em um campo mais lúdico. Por vezes, propusemos formar uma encenação grupal do que chamamos de “dinâmica da máquina”. Trata-se de uma alusão ao mercado de trabalho e ao papel flexível das transnacionais no mundo global. Geralmente, nós da equipe PACS somos os “patrões” e/os “pausmandados” de uma gestão empresarial. Ditamos ordens a@s empregad@s. As pessoas da oficina encenam trabalhador@s na fábrica, ficando de pé com suas mãos entrelaçadas de modo a atuarem

como engrenagem do maquinário que tem um ritmo e um barulho próprio que anuncia seu funcionamento. Por vezes, paramos a máquina ao som de um apito para anunciar alguma “externalidade” que ocasiona mudança no ritmo, na estruturação, no contingente que trabalha na máquina, etc.

A equipe muda tal “cenalização” de acordo com o perfil do público a ser trabalhado: ora a máquina representa a rede de ensino público, ora é a representação das relações de gênero na sociedade, etc.

Cada grupo absorve, a seu próprio modo, aquelas intervenções externas e as ordens de seus superiores. Já presenciamos “revolta” na máquina, que vai



desde a organização sindical e da paralisação para pressionar por melhorias das condições de trabalho e participação na gestão, até uma atitude mais agressiva para com os mandantes. Mas isto tudo tem que acontecer durante a encenação, já que a mesma termina com a empresa decidindo transferir suas instalações para outro país que oferece recursos (humanos, naturais, benefícios fiscais) mais baratos para sua produção.

Em um momento posterior, quando perguntamos o que acharam e o que sentiram da dinâmica, ouvimos relatos que os remetem ao seu dia-a-dia ou a alguma experiência similar no mundo real.

Mas toda conscientização tem seu risco, sua responsabilidade. Pode gerar apatia, marasmo, descontentamento, resignação; assim como pode instigar a vontade de intervenção, de mobilização para mudar.

Neste momento, costumamos solicitar que o grupo diga que casos podem relatar de mobilizações que resultaram em mudanças estruturais e benéficas para um grupo antes injustiçado. Também apresentamos as frentes de trabalho em que o próprio PACS atua (principalmente as ligadas ao movimento da socioeconomia solidária, às campanhas em torno da dívida pública, aos processos de integração regional, contra o livre comércio, aos movimentos feministas) ou as outras articulações que conhecemos e que podem ajudar aquela comunidade e/ou esclarecer as inquietações mais veementes daquele grupo.



Há ainda momentos em que é muito interessante veicular os vídeos produzidos coletivamente com grupos populares sob a coordenação do PACS, tanto quanto outros veículos de comunicação popular (programas de rádio, cartilhas, fotonovelas, filmes engajados, jornais da imprensa, etc.) que apresentam lutas comunitárias e/ou de movimentos sociais articulados em torno de alguma causa. Tais meios se alternam bem com exposições, trabalhos em grupo, “teatralizações”, etc.

Nota-se que um dos objetivos é trazer para o cotidiano das pessoas os impactos dos temas que os beneficiados do *status quo* teimam em relegar para economistas, especialistas, burocratas, acadêmicos. Economia é temática muito séria para ser deixada nas mãos destes!

O PACS tem contribuído para a desmistificação do *economês* junto às classes que são privadas de seu direito a um desenvolvimento pleno e justo.

Referências:

ARRUDA, Marcos; CATTANI, Antonio David. 2003. Socioeconomia solidária. In: CATTANI, Antonio David. A outra economia. Porto Alegre: Ed. Veraz Editores. p. 232-242.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como Liberdade, 1999, São Paulo.

MELLO, Ruth Espínola Soriano de. 2001, agosto. A nova economia das Redes Solidárias. Artigo publicado no Jornal dos Economistas, CORECON/RJ.

----. 2002. Socioeconomia solidária. In: PINTAUDI, Silvana Maria (Org.). Economia solidária; um setor em desenvolvimento. Rio Claro, SP: Prefeitura de Municipal de Rio Claro, SP. p. 59-67.

----. 2005. Moeda Social e Trocas Solidárias: experiências e desafios para ações transformadoras. PACS, RJ. 89 pgs.

Socioeconomia solidária e o reencantamento do mundo

Bruno Lopes*

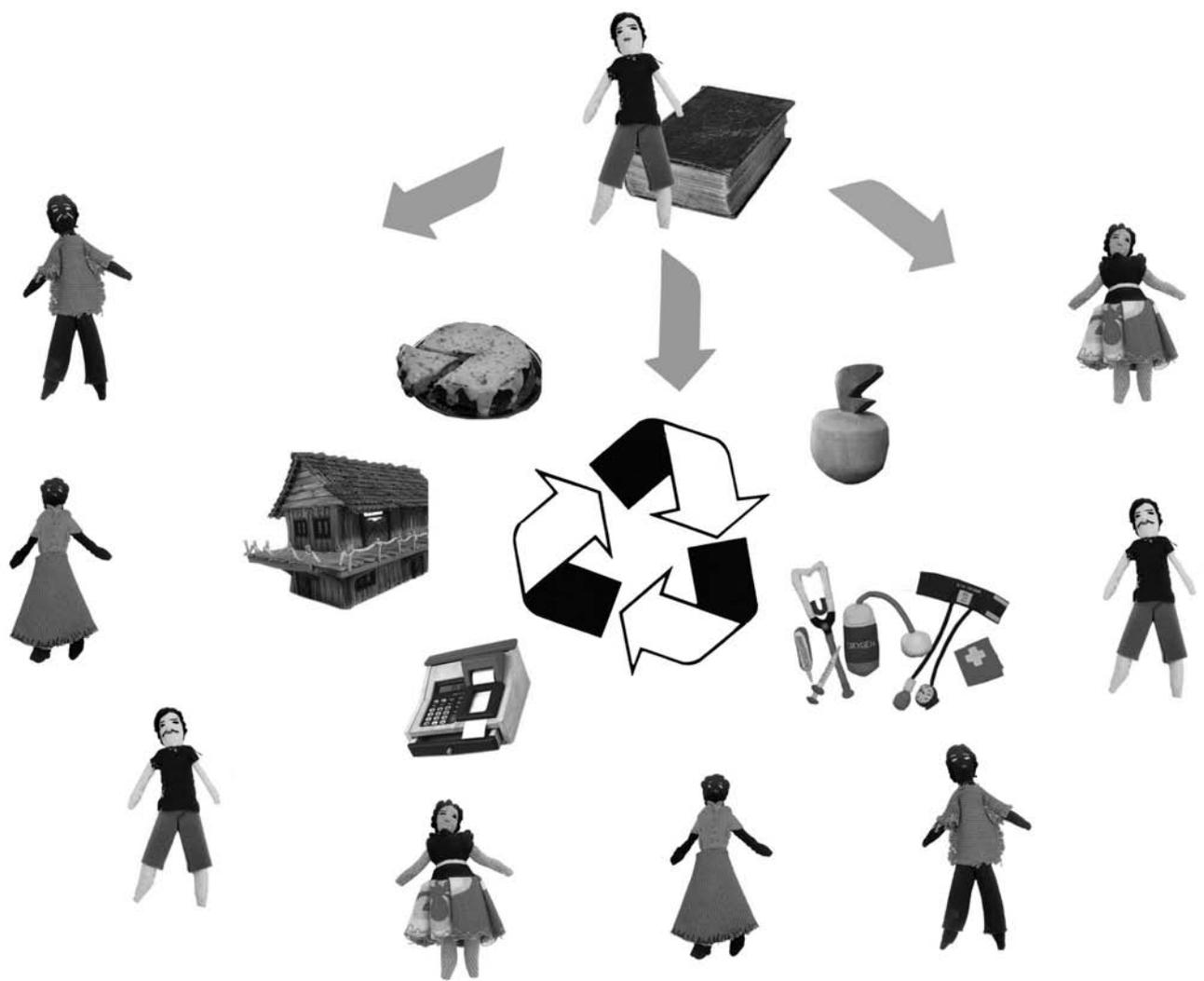
Coube a mim transformar em artigo a capacitação em Socioeconomia Solidária promovida por Marcos Arruda, socioeconomista, educador e coordenador do PACS, em um dos espaços de formação de técnic@s/educador@s da área social. Naquela época, ainda não havia me formado em Economia e pude aprender bastante sobre uma economia que não é tratada na universidade, infelizmente.

Este artigo pretende abordar o conteúdo apresentado nesta oficina, além de sua metodologia, ponto forte da equipe PACS em seus espaços de

formação. Sempre que for possível, relatarei também a resposta d@s participantes, que, em certa medida, assim como eu, defrontavam-se com um tema novo e fascinante, apresentado de uma forma clara e com ampla participação de tod@s.

O primeiro momento do dia é marcado pela definição do termo Economia como a gestão da casa, que deve ser interpretada como o corpo, a família, a comunidade, o cosmos, etc.. Em seguida, um breve histórico do sistema econômico patriarcal marcado pelas relações desiguais e hierarquizadas entre pessoas, comunidades e países.

* Economista.



Na **pré-história** havia a partilha de recursos, de bens, de saberes, de segurança mútua, de busca. Acolhimento, apoio mútuo, intercâmbio mental e afetivo, principalmente na Europa, Ásia e América pré-colombiana.

A partir da **1ª Revolução - Neolítica** - há apropriação de terras e recursos naturais. Ocorrem as primeiras guerras entre clãs; divisão social entre elite urbana e campesinato rural.

A **2ª Revolução é Industrial**, caracterizada pela hierarquização econômica e política, divórcio entre trabalho e capital, exploração e opressão. Socialismo associacionista contra a barbárie. Solidarismo. Cooperativas, mutuais e associações. Multiplicidade de práticas cooperativas.

A **3ª Revolução é a do Conhecimento** - a barbárie neoliberal. São suas características: globalização oligopólica, desemprego estrutural, círculo vicioso do endividamento neocolonial, abertura comercial e financeira, exclusão e violência. Fim do Estado Social. Império.

Neste momento, dando prosseguimento à sua explanação, Marcos apresenta dados da economia brasileira. Inicia pelo Produto Interno Bruto classificado como o 12º melhor do mundo, ao passo que nosso IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) está em 65º entre 175 países. No quesito desigualdade, somos o 60º mais desigual.

Em meio à inquietação entre @s participantes, novos dados são apresentados, desta vez o foco é a extrema desigualdade de renda e riqueza. Oitenta mil brasileiros possuem US\$ 1,75 trilhão (duas vezes o PIB brasileiro em 2003); 54 milhões vivem abaixo da linha de pobreza; 22 milhões são indigentes.

Ele destaca que este modelo capitalista não produz vítimas apenas no Brasil. Dados referentes à economia mundial são apresentados e a revolta aparece novamente:

- Os 20% mais ricos do mundo são responsáveis por mais de 86% do consumo global, ao passo que os 20% mais pobres são responsáveis por apenas 1,3% deste consumo;
- 1,5 bilhão (25%) dos 6 bilhões de cidadãos globais vivem com US\$ 30 ou menos por mês em 2003, ao passo que 7,7 milhões de milionários (0,13%) dos 6 bilhões têm riqueza equivalente a US\$ 28,8 trilhões (cerca de 3 vezes o PIB dos EUA).

Todo este cenário é possibilitado pela obediência ao paradigma do liberalismo econômico: o ser humano concebido como **EU-SEM-NÓS**. É caracterizado pelo individualismo absoluto: o indivíduo é abstrato, sem contexto histórico e social. Ocorre a massificação centrada no egoísmo e na competição, e o outro é visto como uma ameaça, um inimigo a se submeter ou eliminar.

Há também o paradigma do Estatismo coletivista: **NÓS-SEM-EU**. Aqui, há o coletivo absoluto, que anula o indivíduo, e poucos comandam a massa.

A síntese é o paradigma do auto-desenvolvimento humano e social: somos **EU-E-NÓS AO MESMO TEMPO**. Há a combinação de personalização e socialização crescente ao mesmo tempo. Precisamos encontrar formas inovadoras de combinar o pessoal e o coletivo na organização da economia, da sociedade, da política e da cultura.

Sob este novo paradigma, seria a *Socioeconomia Solidária* a **4ª Revolução**? Sua emergência como um projeto e uma prática de outra empresa, outra economia, outra sociedade, outra globalização. Enfim, a superação do patriarcado, dando lugar à economia *matrística*.

“A palavra *matrística* refere-se a uma cultura em que homens e mulheres podem participar de um modo de vida centrado numa cooperação não hierárquica, precisamente porque a figura feminina representa a consciência não hierárquica do mundo natural a que pertencemos os seres humanos, numa relação de participação e confiança, não de controle nem autoridade, e na qual a vida cotidiana é vivida numa coerência não hierárquica com todos os seres vivos, mesmo na relação predador-presa.” (Humberto Maturana, 1997)

A SocioEconomia Solidária, segundo Marcos Arruda, apresenta diversas características que a levam para uma economia não ou pós-capitalista. A economia centrada no Capital é incompatível com a economia centrada no ser humano - em suas necessidades e aspirações, em seu trabalho, saber e criatividade.

Ela está baseada em valores. É um projeto de desenvolvimento integral, que inclui o social, o econômico, o político, o cultural, o humano. É uma economia tão feminina quanto masculina. Favorece a cooperação e regula a competição. Diferentemente da teoria econômica usual, tem como referência a ABUNDÂNCIA, ao invés da ESCASSEZ.

Para completar, deve inspirar não somente novas políticas econômicas, como também novos modos

de relação humana entre pessoas, entre empresas, povos, nações, a Humanidade e o Planeta.

No campo das redes e cadeias produtivas solidárias, consumo ético, crítico e solidário, Marcos observa que cada habitante deve buscar o atendimento das suas necessidades na partilha dos bens, e não como na economia capitalista, que se caracteriza pela apropriação privada destes mesmos bens à exclusão do Outro. O objetivo desta nova práxis cooperativa e solidária é gerar satisfação das necessidades e aumento do bem viver, predispondo outros a fazerem o mesmo em relação a si. O consumo de cada habitante está comprometido com o meio ambiente, e para respeitá-lo deve-se gastar o mínimo, reutilizar tudo que for possível e reciclar o que não pode ser reutilizado. Assim, elimina-se o desperdício, seja

de recursos ou energia, e busca-se novas formas de manter a harmonia da existência da comunidade humana em relação aos seus ecossistemas.

O passo seguinte explorado por Marcos é a autogestão dos bens e recursos produzidos, em contraposição ao modelo capitalista, onde são detidos os meios de produção e expropriado o trabalho alheio. Neste sentido, é colocado ao grupo que cada trabalhador e cada trabalhadora têm o direito de participar da posse e da gestão do empreendimento produtivo. Este direito é dado não pela quantidade de cotas, mas pela contribuição que dá ao coletivo com seu trabalho, saber e criatividade. A produção deve ser planejada a partir das necessidades da comunidade, com a participação do conjunto de empreendimentos que atuam nesta comunidade. A referência deixa de ser os preços e os lucros a auferir, dando lugar ao bem viver gerado para si e para @s consumidor@s, conciliado com a estabilidade do trabalho, que gera satisfação para @s produtor@s.

Ao pensarmos a produção é inevitável pensar na comercialização. No campo da economia solidária o comércio justo e solidário é aquele em que as trocas se baseiam na consciência da interconexão entre o bem estar de cada um e o bem estar de outros, e

na escolha de promover benefícios para ambas as partes que interagem. Para tanto, são necessárias tanto a transparência dos custos (custos econômico-financeiros, sociais e ambientais são igualmente importantes) e das margens adicionais (excedente ou lucro), quanto a liberdade de negociação dessas margens. A primeira viabiliza a segunda.

A diferenciação entre o mercado da economia capitalista e o mercado solidário é que neste as relações sociais visam a promover trocas que sejam encontros de pessoas e não apenas intercâmbios materiais de produtos e de moeda. A avaliação das trocas deve seguir os benefícios materiais, mas também sociais e humanos para as duas partes que interagem.

Um fator de extrema necessidade para viabilizar a comercialização justa são as finanças solidárias, que têm como um de seus princípios que os recursos financeiros gerados pela população sirvam à população - o Povo como sujeito de suas finanças. O outro princípio é a circulação contínua do dinheiro, que, assim como o sangue para o corpo humano, somente circulando oxigena a economia. No sistema do capital, o sistema de juros compostos, presente na base da usura, origina duas conseqüências graves,

a saber: circulação no mundo de muito mais dinheiro do que a riqueza real lhe corresponde; grande parte da riqueza concentrada nas mãos de poucos milionários rentistas.

Concluindo este ponto, Marcos reafirma a necessidade de uma **auditoria cidadã da dívida**; a renegociação soberana das dívidas; regulações nacionais e globais dos movimentos de capitais; complementaridade e ajuda mútua entre as nações; **Globalização Solidária**.

Motivado pelo tema, o grupo prossegue com o debate, colocando questões como o Histórico e a Evolução da Dívida. Marcos apresenta dados de que, ao final do Governo Jango, a dívida era de US\$ 5 bilhões; ao final da ditadura era de US\$ 93 bilhões. No início do Governo FHC estava em US\$ 148 bilhões para fechar em US\$ 240 bilhões.

Quando apresentados esses dados o grupo questiona se o não pagamento da dívida é a solução para o Brasil; querem também explicações sobre a crise argentina. À pergunta Marcos responde que sim. Sobre a crise argentina, Marcos destaca que lá o governo está no controle dos termos da dívida, diferentemente do Brasil. Ele chama a atenção para o fato de que a dívida externa brasileira teve início com o pagamento da Dívida de Portugal à Inglaterra, quando D. Pedro I assumiu este pagamento em troca da Independência.

A partir da resposta positiva d@s participantes a uma nova forma de se fazer Economia, Marcos compila os três eixos estratégicos da Economia Solidária:



O primeiro é a **Ética**, responsável pela eficiência individual e sistêmica, a partir da substituição da competitividade pela complementaridade; pelas regulações e controles essenciais para a garantia da realização dos bens comuns; e pela co-responsabilidade entre o bem-viver e a justiça social. Aqui, o social e o humano são objetivos da atividade econômica.

O segundo é o **Modo de Desenvolvimento**, que possui quatro faces: Desenvolvimento do potencial de cada sujeito; Autonomia - direito de cada povo a um projeto próprio; Autogestão - direito de gerir seu próprio desenvolvimento de modo democrático e sustentável; Integração Cooperativa e Solidária com outros povos.

Por último, o eixo da **Governança Democrática** como orquestrador da diversidade e facilitador do empoderamento da sociedade.

Durante a oficina, dinâmicas e trabalhos de grupo foram realizados. É comum utilizarmos leituras com divisão em grupos e apresentação posterior das discussões. Neste dia, o subsídio aos grupos foram dois textos relatando experiências concretas de Economia Solidária, uma na Índia e outra no estado do Maranhão. Outra possibilidade é a utilização de vídeos e rádonovelas que tratam de aspectos referentes à Economia Solidária.

Nos momentos finais, @s participantes associam todo o conteúdo absorvido à sua prática. Destacam, contudo, que o trabalho social é lento e demora a

gerar frutos. Marcos ressalta que o educador não pode ser o ator do desenvolvimento do outro, e sim um fator emancipador. A educação contribui para a auto-determinação e a autogestão. Ninguém empodera ninguém, e ninguém se empodera sozinho.

Fazer a Socioeconomia Solidária acontecer será uma revolução silenciosa. Por não existir natureza humana fixa, devido ao movimento histórico e evolutivo e aos processos culturais, a mudança da dominação do capital dar-se-á a partir de um movimento de contra-cultura. Certamente, momentos como este contribuirão para esta transformação.



Desafios no trabalho de formação em economia com as mulheres

Sandra Quintela* e Maria Eduarda Quiroga**

Economia é política e grande responsável na manutenção do status quo de nossa sociedade. Tem entre seus pilares o machismo e o patriarcado, que contribuem para invisibilizar o trabalho das mulheres. Há a necessidade de revelar o quão impregnado de sexismo é nosso modelo econômico e social. Só assim poderemos visibilizar o trabalho doméstico, que, em geral, é exercido pelas mulheres e desconsiderado na Ciência Econômica. Assim, compreendemos a necessidade de nos apropriarmos dos conceitos

e embates da economia como instrumentos de formação para o fortalecimento da luta contra a opressão de gênero, pautada na divisão sexual do trabalho, e nas diferenças salariais, inclusive para trabalho igual.

O desafio colocado para nós na produção deste artigo, ou mesmo quando realizamos oficinas e cursos de formação com mulheres, é construir juntas

*Socioeconomista, feminista e educadora popular.

**Historiadora, feminista e educadora popular.



uma reflexão sobre o mundo do trabalho feminino: a relação com a maternidade, a importância da socialização do trabalho doméstico e o acesso ao trabalho remunerado.

Nesse sentido, um de nossos principais objetivos ao trabalhar formação em economia com as mulheres é contribuir com informação, traduzindo o *economês* para a linguagem cotidiana, para que as mulheres entendam claramente o quanto a economia está presente em nossas vidas. E, quem sabe, com isso contribuir para o despertar da consciência delas quanto à importância de se organizarem, reivindicarem seus direitos.

Para tanto, vamos abordar as questões metodológicas e de conteúdo relacionados ao tema *Economia e Mulheres*.

Mapa conceitual

Antes de tudo, procuramos ver o que cada uma entende por Economia e por Feminismo, através do trabalho com o mapa conceitual, para partirmos das informações que cada uma traz e chegarmos a um conceito coletivo dos termos. Este mapa deve ser

construído em grupos para que, desde o início, se desenvolva a dinâmica da construção coletiva e da organização e solidariedade entre as mulheres, pois para que mudem suas vidas elas precisam construir um trabalho unido e solidário.

Contudo, para prosseguir, precisamos incluir na análise sobre a realidade das mulheres um detalhamento das atividades que compõem a sua rotina diária. Cada uma identifica como funciona sua família, para perceber qual o tempo destinado por cada membro da mesma a determinadas tarefas. Assim, a idéia é visibilizar *quem-faz-o-quê* e passar a refletir sobre o porquê dessa divisão sexual do trabalho doméstico, e ainda refletir sobre:

por que as mulheres, de acordo com os dados da ONU (Organização das Nações Unidas), são responsáveis por 2/3 (dois terços) das horas trabalhadas no mundo mas recebem apenas 1/3 (um terço) dos salários e são proprietárias apenas de 1% dos bens imóveis do Planeta.

Após as mulheres se colocarem e começarem a perceber como o trabalho doméstico não remunerado é engrenagem importante do sistema econômico atual, discutimos e tentamos entender os conceitos de economia e feminismo.

Economia

Quando se analisa o conceito de economia, consideramos valioso destacar que tratar deste assunto na primeira década do século XXI é reportar ao acúmulo de experiências de lutas e às relações de poder construídas ao longo da história. Portanto, pensar que hoje 1% da população brasileira detém 53% da riqueza do País é observar a forma como o poder econômico conduziu a economia desta Nação, que é reflexo da lógica capitalista, onde poucos concentram a maior parte da riqueza de muitos.

Economia é uma ciência que tem uns 280 anos. Seu coração, na atualidade capitalista, são as finanças. Enquanto no Brasil, no final do século XVIII, o que regia era a exploração do trabalho escravo, na Inglaterra aconteceu a Revolução Industrial, e com isso surgem concepções como “tempo é dinheiro”, e o que passa a ter valor para a ciência econômica que estava nascendo é o trabalho nas fábricas. A ciência

econômica, voltada para a definição do que é valor e o que não é, pôs todo o foco de sua elaboração teórica sobre o valor de troca, subordinando a ele o valor de uso, e por isso, desconsiderando o trabalho doméstico.

A Economia teria como função, segundo as escolas tradicionais, administrar as necessidades infinitas do ser humano e os escassos recursos. Porém, devemos perceber que as necessidades, e não só os recursos, não são infinitas, ainda que os desejos até possam ser. Há de se ressaltar também que quanto mais escasso for um produto mais valioso ele também é.

Marshall, por exemplo, que foi o economista que pensou a reconstrução da Europa pós-guerra, defendia que a mulher tinha que ficar em casa, pois assim os patrões poderiam pagar menos aos trabalhadores, já que estes teriam alguém lavando e cozinhando para eles de graça.

Para o mundo do trabalho, o capital procura pagar salários cada vez mais baixos, assim vai produzir em países mais empobrecidos e contrata mulheres por serem força de trabalho mais desvalorizada. É importante lembrar que estamos discutindo economia dentro do sistema capitalista.

Faz parte da natureza do sistema capitalista a **opressão**, a **super-exploração** e a **corrupção**, em função de ser um sistema baseado no lucro máximo e, para tê-lo, “compra-se” quem estiver pelo caminho.

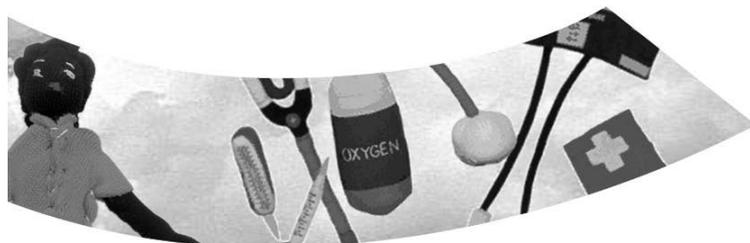
Nesse contexto, concentração da *riqueza* é o problema do capitalismo, não a pobreza. Esta é só consequência da riqueza concentrada, ou seja, é preciso acabar com esta (**riqueza concentrada = concentração de renda**) para que seja possível acabar com aquela (pobreza).

No capitalismo tudo vira mercadoria: saúde, educação, meio ambiente, transporte, violência, o corpo das mulheres. O processo de privatização dos serviços públicos é incrementado a partir dos anos 80 e intensificado nos anos 90. É válido ressaltar que as escolas e hospitais públicos são sucateados para obrigar as pessoas a procurarem a rede particular de ensino e os planos de saúde, e também para reforçar a exclusão. Nessa lógica, aos poucos, perdemos os direitos como cidadãs e cidadãos e vamos virando só consumidor@s.

O Estado é provedor dos direitos. Porém, quem os conquistou através de muita luta foi a classe trabalhadora. Ela nunca ganhou nada de graça dos patrões ou do poder estatal.

O capitalismo vai modificando sua roupagem sem abandonar o central de sua lógica de gestão econômica, visando sempre a maior lucratividade. Assim, ele já passou pelo modelo Liberal; já deslocou o olhar d@ trabalhad@r para o d@ consumid@r; já teve sua versão social democrata quando disputava o mundo com a extinta União Soviética, e o Estado passou a atender os direitos à saúde, à educação, entre outros, quando o “comunismo” soviético era ameaça. Agora que a ameaça deixou de ser, o capitalismo aprofunda a retirada dos direitos das cidadãs e dos cidadãos e desobriga o Estado de seus deveres, entrando numa nova fase que é o *neoliberalismo*. Este tem como uma de suas estratégias privatizar o lucro e socializar o prejuízo.

A política econômica desenvolvida em nosso país, voltada para o capital e para o enriquecimento de uma minoria, é responsável pelo aumento da pobreza. O Brasil avançou em tecnologia nos últimos anos, contudo, não há trabalho para tod@s, não há salário digno ou mesmo educação e saúde públicas e



de qualidade. Tudo isso tem a ver com as prioridades estatais regidas pela opção de política econômica adotada. Isto explica e garante o privilégio dos ricos: nosso sistema tributário, a existência e o aumento constante das políticas assistencialistas como restaurante popular a um real (R\$ 1,00) e bolsas assistenciais, em detrimento de investimentos efetivos em programas sociais.

As mulheres são as mais pobres entre os pobres, e as que mais sofrem com a violência e as guerras. Mais de 80% das mort@s civis de guerras são mulheres. O processo econômico capitalista é extremamente excludente e as mulheres são o principal alvo.

Feminismo

Exatamente por as mulheres serem o foco deste artigo é importante desenvolvermos também o conceito de feminismo.

Feminismo é mais que um simples conceito teórico; é um movimento político de idéias e práticas que têm por objetivo construir um mundo melhor, com justiça e igualdade para tod@s e, sobretudo, sem opressão e discriminação das mulheres. Uma mulher feminista é uma mulher que luta pelos seus direitos, para acabar com as desigualdades entre mulheres e homens, compreendendo que não somos melhores nem piores, apenas diferentes.

Vamos agora retomar o processo de construção do movimento feminista para visualizar também as conquistas que ele já obteve. Desde o século XVIII, período da Revolução Industrial, onde as pessoas - homens, mulheres e crianças - passam a trabalhar num mesmo lugar, e isso facilita a organização da classe trabalhadora, as mulheres se organizam para lutar pelos seus direitos. No entanto, o feminismo

passa a ser reconhecido como movimento apenas no fim do século XIX, e se desenvolve com mais ou menos força em diferentes períodos.

No começo do século XX, as mulheres formam grandes organizações que lutaram e conquistaram o direito à educação, ao voto e a certas profissões, como a advocacia e o magistério. As trabalhadoras, no Brasil e no mundo, destacam-se na luta por melhores condições de trabalho e salário. No fim da década de 60, nos EUA e na Europa, e, no início da década seguinte, no Brasil, há uma nova onda feminista, vários grupos são criados. As mulheres lutam pelo direito de decidir se querem ou não ser mães e por creches públicas; denunciam a violência e se organizam em torno de várias lutas. No início do século XX, as mulheres que não queriam ser mães eram internadas em manicômios, pois eram tidas como loucas.

A participação intensa de mulheres na constituinte de 1988 é uma das marcas dos anos 80. Na década de 90, ganha força a reivindicação da participação das mulheres na política e a exigência de que os governos tenham ações concretas para melhorar a vida delas.

Tudo isso nos mostra como ao longo de séculos o movimento feminista vem se constituindo e alcançando vitórias ainda que parciais. Assim, as mulheres devem se alegrar pelas conquistas obtidas, mas, também, devem estar prontas para continuar na luta: afinal, a igualdade e a liberdade ainda não foram de fato alcançadas. Ainda há marcas de preconceito, discriminação e cabe a nós construirmos a unidade entre nós mulheres para transformar essa democracia representativa que vivemos numa democracia direta, que tenha como objetivo maior a emancipação do ser humano e, portanto, o fim de toda forma de opressão e exclusão. Sabemos que o nosso desafio é mudar o mundo, o sistema capitalista que vivemos, para de fato transformarmos a vida das mulheres. Para tanto, entender o funcionamento do sistema econômico e seus mecanismos de opressão é fundamental!

Pobreza urbana e apropriação do território na atualidade

Elizete Menegat*

As idéias contidas neste texto foram desenvolvidas no âmbito das atividades realizadas pelo PACS que ensejaram a publicação deste caderno. O objetivo é, portanto, reproduzir aspectos da exposição e da discussão realizada com o grupo de participantes, em torno das potencialidades apresentadas pela categoria território, para explicar faces do fenômeno da pobreza nas grandes cidades brasileiras na atualidade.

Para apreender a noção do *território*, cada um dos participantes foi convidado a elaborar sua experiência cotidiana de percepção da cidade através do relato dos seus deslocamentos, diariamente realizados, entre o local de moradia e o local de trabalho. Com

o auxílio de um grande mapa da cidade do Rio de Janeiro, que foi fixado na parede, cada um dos participantes assinalava, com caneta colorida, os percursos que realizava enquanto relatava aspectos da paisagem urbana que estava habituado a “ver” ao longo do caminho percorrido.

Com o sentido de reunir os distintos relatos e tratá-los como partes indissociáveis da experiência comum, entre os participantes, de compartilhar o mesmo território urbano - a cidade do Rio de Janeiro -, o grupo foi estimulado a descrever as atividades percebidas no caminho: as funções de moradia, de produção fabril, de serviços, de comércio, de circulação, de lazer. Foram também alertados para





reconhecerem a estrutura desigual de apropriação do território da cidade, ou seja, a divisão entre aqueles que têm acesso às formas legais de propriedade territorial e aqueles que não têm acesso às formas legais de propriedade. Esses, como única alternativa, desenvolveram, historicamente, as formas de ocupação do solo urbano denominadas de ilegais e irregulares. Este fenômeno de divisão dos pobres no território da cidade é denominado de **segregação sócio-territorial**. Os debates perseguiram, então, a compreensão deste fenômeno da segregação territorial dos pobres na cidade.

No Brasil, as formas ilegais de ocupação do território urbano começam a surgir, precisamente, com a Proclamação da República, quando ficaram legalmente reconhecidas a forma pública e a forma privada da propriedade. O crescimento do número de pobres nas regiões ilegalmente apropriadas das grandes cidades brasileiras aumentou durante toda a primeira metade do século XX, mas, foi a partir da década de 70 que o fenômeno apresentou um crescimento vertiginoso.

A expansão acelerada do fenômeno da pobreza e das suas formas de segregação no território observada nas últimas 3 décadas, nas metrópoles e grandes

centros urbanos brasileiros, deve ser analisada como sintoma agudo da crise social generalizada que atravessa a sociedade como um todo.

Em outras palavras, uma face importante desta crise deve ser interpretada a partir da constatação de que, desde meados dos anos 70, vem ocorrendo um crescimento acelerado da pobreza no interior das cidades. Este crescimento pode ser medido pela expansão das regiões do território urbano que são ocupadas “ilegal” e “irregularmente” por amplos segmentos da população que não têm acesso às formas legais de propriedade. Por isso, esta significativa parcela encontra, nas formas ditas ilegais, a única alternativa de ocupação do solo para fins de moradia nas cidades.

Por exemplo, em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, em 1951, 3,9% do total da população da cidade vivia em regiões ilegais e irregularmente ocupadas. Em 1979, esta proporção cresceu para 13,6%. No final da década de 90, alcançou cerca de 28%.

Na cidade de São Paulo, 5,5 milhões de pessoas vivem, atualmente, em territórios ilegais ou irregularmente ocupados. Isto é, estas moradoras constituem, hoje, 50% das habitantes de São Paulo e ocupam apenas 17% da totalidade do território desta cidade. Dito de outra maneira, a outra metade dos habitantes ocupa 83% do território urbano¹. Na cidade do Rio de Janeiro, no período entre 1991 e 2000, o número de moradoras de favelas cresceu 103%, conforme dados do IBGE.

Sugerimos, aqui, denominar de *sem-propriedade* este segmento da população que não encontra qualquer possibilidade de acesso às formas legais de propriedade da terra.

O número das *sem-propriedade* que vivem segregadas em regiões do território ilegalmente ocupadas cresceu, não apenas em Porto Alegre, em São Paulo e no Rio de Janeiro, mas em todas as metrópoles e em todas as grandes e médias cidades brasileiras. Trata-se de um fenômeno generalizado que alcança, tendencial e irreversivelmente, a totalidade do espaço urbano brasileiro.

1. Ver “Metade de São Paulo mora irregularmente”. *Jornal Folha de São Paulo*, 4 de julho, 2000.

Este dado ilustra que as reflexões sobre a crise social contemporânea, se desejam alcançar concreticidade, devem considerar o significado profundo, para a sociedade como um todo, das mudanças, em curso, nas formas de apropriação do território. Estamos diante do fato de que o número de moradores das cidades que vive em regiões onde a propriedade do solo é considerada ilegal tende a ser superior ao número de moradores que vive nas regiões da cidade onde as propriedades são legalizadas. Esta concentração da propriedade do espaço urbano no país reflete a concentração dos bens e recursos produtivos, da renda e da riqueza. Tem como referência o paradigma da propriedade privada, e não dos direitos, inclusive do direito de todos, e não só de alguns, à propriedade. Os sem-propriedade habitacional são, primeiro que tudo, sem-terra e sem-acesso a outros bens e recursos produtivos. Quando são sem-emprego, eles são também sem-renda, sem-direitos, sem-desenvolvimento, sem-dignidade...

É importante também registrar que este fenômeno não se restringe às metrópoles e grandes centros

urbanos brasileiros. Cidades como Buenos Aires, La Paz, Lima, Bogotá e México, por exemplo, igualmente enfrentam a problemática do crescimento interno de *sem-propriedade* concentrados em terrenos ilegalmente ocupados. Conforme dados da ONU-Habitat, em média, 31,9% dos habitantes da América Latina e Caribe vivem em “bairros marginais”. Este percentual também cresceu na Europa, onde representa 6,2% da população nos últimos anos².

Não só as favelas brasileiras e latino-americanas mas, também, os guetos negros das cidades americanas e os conjuntos habitacionais na *banlieue* francesa são exemplos da tendência ao crescimento de *sem-propriedade* nas cidades ocidentais. Nos países centrais, *sem-propriedade* ocupam edifícios velhos e degradados (Wacquant, 1995). Na América Latina, formam novas favelas em áreas da periferia. É, todavia, aqui, nas metrópoles da periferia do mundo ocidental que esta crise adquire sua face mais perversa, submetendo gigantescas massas de pobres e miseráveis à incerteza, à aleatoriedade e à possibilidade de extermínio.

2. “Número de favelados dobra em sete anos e chega a 1 bilhão”. *Jornal do Brasil*, 7 de out., 2003.

“Uma bomba relógio: Relatório da ONU prevê que dois bilhões de pessoas viverão em favelas em 2030”. *Jornal O Globo*. 7 de out., 2003.

em geral, viviam na condição de posseir@s - *sem-propriedade* - e vieram estabelecer-se na condição de *sem-propriedade* na cidade. Aqui, obrigaram-se a ocupar clandestinamente a terra urbana, a produzir coletivamente o espaço de moradia e a resistir às remoções implícitas ou explícitas.

A *favela* é a forma de viver dos pobres na cidade. A partir de formas coletivas de apropriação da terra, geraram uma forma-conteúdo própria de viver. As regiões ilegalmente ocupadas do território da cidade têm uma ordem interna claramente distinta da ordem urbana tradicional estruturada a partir das formas de propriedade pública e privada. Tanto na criação do plano da ocupação da superfície quanto do volume gerado, a forma espacial da favela difere essencialmente da forma urbana historicamente hegemônica da cidade ocidental.

Ao contrário dos seus antepassados que, até a década de 70, concentravam-se predominantemente no campo, @s *sem-propriedade* de hoje encontram-

se concentrad@s no interior das metrópoles e grandes centros urbanos. Como foi divulgado recentemente nos jornais, a organização d@s sem-teto é formada pelo excedente populacional de densas favelas³.

As favelas que se fixaram em lugares próximos de fontes de emprego e renda e que, nos últimos 20 anos, conquistaram certos serviços e equipamentos urbanos prestados pela rede pública, vivem uma situação limite de adensamento⁴. O destino do excedente populacional gerado pelo crescimento demográfico nestas favelas tem sido a formação de novas favelas a partir da ocupação clandestina de regiões periféricas cada vez mais distantes. No entanto, o afastamento dos centros geradores de renda condena este excedente à imobilidade espacial, pelo elevado custo do transporte e o elevado tempo necessário para o deslocamento habitação-trabalho⁵. Por outro lado, a situação jurídica irregular das regiões clandestinamente ocupadas impede o acesso direto à rede pública de atendimento de serviços urbanos.

3. "Lema do grupo é ocupar, resistir e construir", *Jornal Folha de São Paulo*, 27, jul, 2003.

4. A elevada densidade das favelas pode ser observada, por exemplo, no Complexo da Maré, no Rio de Janeiro. A Maré reúne 132.000 habitantes. Enquanto o município do Rio de Janeiro apresenta, em média, 328 hab/Km², a Maré apresenta uma densidade de 21.400 hab/Km²! Censo Maré 2000, Centro de Educação e Ações Solidárias da Maré (CEASM), 2000.

5. Ver a matéria "Tarifa alta cria os excluídos do transporte", *Jornal Folha de São Paulo*, 5 de out., 2003.

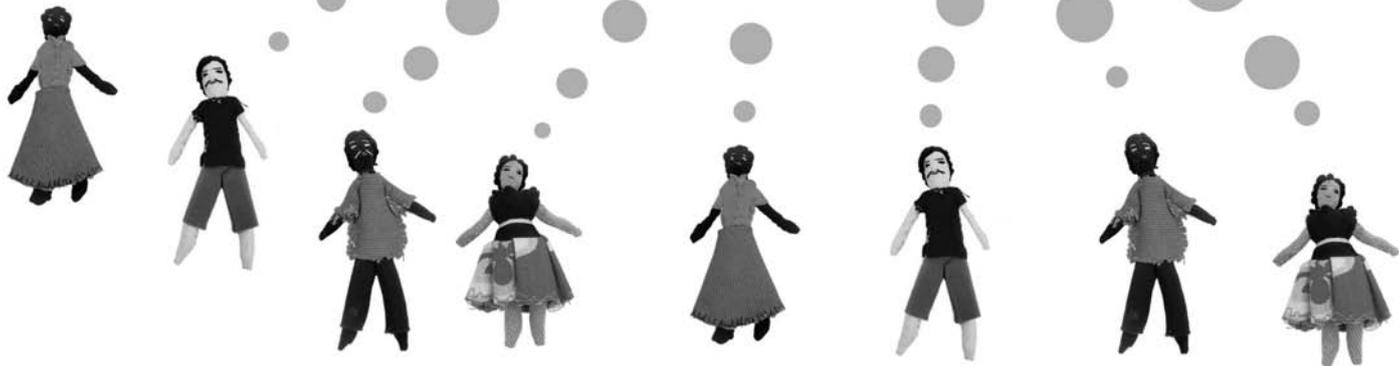
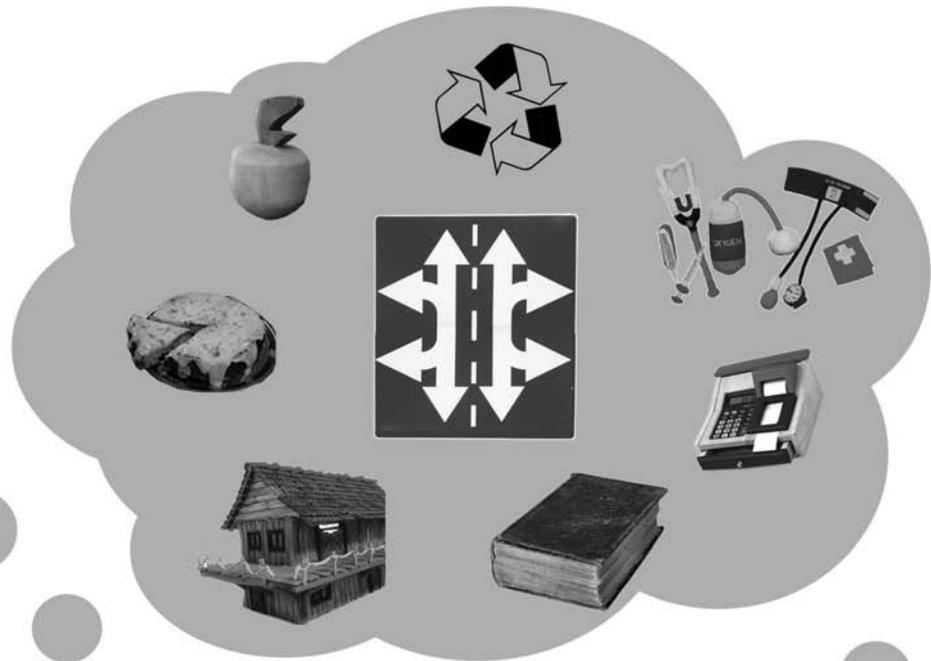
Neste caso, observam-se novas e extensas regiões relativamente homogêneas, onde a renda familiar oscila entre zero e um salário mínimo: “Aqui você anda e anda e não é capaz de juntar um real. Tem muita criança que não é registrada e quando morre é enterrada no quintal mesmo. O vizinho faz de conta que não viu porque ele já viveu a mesma situação”.⁶ Sem acesso aos meios necessários à vida urbana, os moradores das novas periferias metropolitanas aguardam a sorte de serem incluídos em programas de assistência social do Estado ou das igrejas.

Para concluir, podemos afirmar que o dilema *d@ sem-propriedade* tem raízes profundas não apenas na gênese e estruturação do modo hegemônico de produção da riqueza social mas, indissociavelmente, na gênese e estruturação do modo correlato de apropriação que se tornou hegemônico no Brasil e na América Latina. Medidas voltadas à retomada do crescimento econômico e à diminuição do desemprego não são necessariamente suficientes para enfrentar a crise social, pois, esta impõe, na atualidade, o enfrentamento simultâneo da segregação sócio-espacial e da concentração da propriedade da terra urbana.

Referências

- ALFONSIN, Betânia e FERNANDES, Edésio. (2003). A lei e a legalidade na produção do espaço urbano. Belo Horizonte, Del Rey.
- BOGUS, L. M. (1987) Urbanização: por que e para quem? Tese (Doutorado), FAU/USP, São Paulo.
- ENGELS, F. (1980) A origem da família, da propriedade privada e do estado. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- FRIEDMAN, Fânia (1999) Donos do Rio em nome do rei: uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, J. Zahar, Garamond.
- IANNI, O. (1981) A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. Petrópolis: Vozes.
- LEFEBVRE, H. (1983) La revolución urbana. 4 ed., Madrid, Alianza Editorial.
- LEFORT, C. (1996) “O Imaginário da crise” em Novaes, Adauto (Org.). A crise da razão. São Paulo: Companhia das Letras.
- MENEGAT, Elizete (2003) Limites do Ocidente: um roteiro para o estudo da crise de formas e conteúdos urbanos. Tese (Doutorado) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- SANTOS, C.N.F. dos. (1978) Voltando a pensar em favelas por causa das periferias. Rio de Janeiro, Anais do Simpósio de estudos de planejamento Urbano e Habitacional, Rio de Janeiro, PUC, NEURB.
- SANTOS, Milton (1999) A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo, Hucitec.
- WACQUANT, L. J. D. (1995) Proscritos da cidade: estigma e divisão social no gueto americano e na periferia urbana francesa, Novos Estudos Cebrap, São Paulo, n.43.

6. Depoimento, dado à autora, em julho de 2002, por um morador de uma área clandestinamente ocupada na periferia do município de Duque de Caxias, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.



Sustentabilidade de iniciativas populares: por uma mudança de paradigma.

Terezinha Pimenta*

O processo de formação descrito a seguir, proposto e experimentado pela equipe do PACS, foi, em parte, um grande desafio, mas também um grande aprendizado. Diante das questões tratadas até aqui, desde a realidade econômica excludente até a proposta da Socioeconomia Solidária, que carrega em si questões de gênero, cultura e território, o próximo passo foi trabalhar para a construção de pistas que favorecessem a sustentabilidade dos grupos e iniciativas da economia popular, principais afetados pelo sistema excludente, e público

privilegiado do grupo de educador@s participantes. Para isso, tivemos a contribuição sempre apaixonada de Kátia Aguiar, colaboradora do Pacs e da Capina e integrante do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense.

A primeira forma de desenvolver esta etapa do trabalho foi provocar o grupo para que se colocassem no lugar de pessoas que tinham o sonho de conquistar sua própria fonte de renda.

* Psicóloga social e educadora popular com experiência na assessoria a empreendimentos econômicos.

Criando quatro sub-grupos, sugerimos que idealizassem uma iniciativa econômica popular coletiva e formulassem uma lista de itens necessários ao sucesso da mesma. A intenção era identificar quais informações, valores e práticas aquele grupo de educador@s oferecia para o trabalho junto à população atendida. Pudemos observar na apresentação dos grupos que a maioria dos itens formulados pertencia ao mundo tradicional dos empreendimentos econômicos: pesquisa de mercado, viabilidade econômica, custo de matéria-prima, custo do produto e valor de mercado, recursos humanos e materiais, fornecedores, plano de venda, metas e lucro participativo. Por outro lado, alguns fatores foram recorrentes e merecem destaque:

a reprodução da lógica de exploração do trabalho alheio;

e a dificuldade de adotar práticas de discussão e decisão coletivas.

Tais resultados demonstram que por mais “bem intencionadas” que sejam as pessoas e as instituições que formulam projetos sociais, os hábitos e as práticas tutelares ainda são um desafio a ser enfrentado pel@s educador@s no trabalho cotidiano. É freqüente encontrar projetos elaborados sem a participação dos sujeitos a quem o projeto pretende beneficiar, novamente ancorados na justificativa da escassez de tempo, camuflando a real motivação que muitas vezes está ligada à inexperiência dessa modalidade de trabalho educativo. Muito se fala de educação popular, mas poucas são as práticas que realmente propiciam a libertação do sujeito.

Entender a conformação e o funcionamento das redes de apoio, dos acordos existentes e os códigos utilizados no local é estratégico para o desenvolvimento do trabalho. A partir da criação de vínculos de confiança, os sujeitos aos poucos sentem-se à vontade para formular e assumir por eles mesmos a condução das propostas. Dar tempo para que isso aconteça é fundamental.

A segunda etapa do trabalho foi orientada para a análise das condições necessárias ao estudo de viabilidade de iniciativas econômicas populares, com dois objetivos:

sensibilizar @s educador@s para a identificação dessas iniciativas nos locais onde atuam;

fazer com que percebessem a centralidade da gestão democrática em qualquer projeto, seja ele econômico ou social.

Tais objetivos se justificam a partir da constatação da fragilidade dessas iniciativas, assim como a de empreendimentos associativos que buscam sua **sustentabilidade**. O fortalecimento do grupo e suas conquistas são fatores determinados pelas condições em que o grupo atua.

Aqui, entendemos **sustentabilidade** como a possibilidade de cada sujeit@ decidir por si próprio sobre a atividade que deseja e irá desempenhar, e também a capacidade do conjunto d@s sujeit@s

desenvolverem sua atividade econômica com resultados considerados satisfatórios por tod@s @s envolvid@s.

Para o desenvolvimento dessa etapa, foram utilizadas as matrizes do Curso de Viabilidade Econômica e Gestão Democrática de Empreendimentos Associativos, criado e desenvolvido pela CAPINA - Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa - cujos objetivos principais são identificar e fortalecer as condições necessárias para que o projeto tenha êxito.

- Identificar e tentar neutralizar os fatores que podem dificultar o êxito do projeto.
- Permitir que tod@s @s participantes conheçam bem o projeto, comprometendo-se com suas exigências e implicações.

O estudo de viabilidade pode ser realizado por um@ agente extern@, desde que a apropriação do estudo por parte do grupo seja um compromisso intencionado e assumido por tod@s. Muitas vezes, o que ocorre é o não uso do estudo de viabilidade realizado, e o grupo deixa de usufruir dos benefícios possíveis identificados durante o processo de realização.

A metodologia prioriza a construção coletiva do conhecimento. Desta forma, evita-se que o estudo de viabilidade resulte em uma acentuação das hierarquias presentes no grupo. A partir da construção coletiva, as chances de ocorrer a evolução da qualidade das relações aumenta, ampliando as chances de sustentabilidade.

Para se construir o objetivo que se quer realizar, é necessária a valorização do “ponto de partida”. O que já está sendo feito e o que já existe de conhecimento acumulado a partir da prática. Muitas vezes o trabalho técnico é dificultado porque o “ponto de chegada” do grupo é definido antes de se conhecer o grupo, conseqüentemente, antes de se conhecer o ponto de partida. Nesse sentido, a relação entre @s educador@s e o grupo deve se caracterizar pelo aprendizado mútuo, fortalecendo o trabalho de ambos.

Insistimos em afirmar que esse processo não é fácil de ser encaminhado. Cotidianamente, somos levad@s a acreditar que existe apenas uma forma e um modelo de sucesso. Nesse sentido, o ajuste neoliberal imprime um ideário que não considera o ponto de partida e os processos, valorizando sempre as metas quantitativas. Caso o trabalho não alcance

essas metas, ele é considerado ineficiente e relações hierarquizadas são freqüentemente reproduzidas. Outros efeitos desse ajuste podem ser identificados no trabalho cotidiano das organizações, com a acentuação da dificuldade nas negociações para a obtenção de financiamento e conseqüente influência externa sobre o trabalho. E, por fim, na competição existente frente aos poucos recursos disponíveis.

Retomando o estudo da viabilidade de projetos associativos, ele consiste em dois aspectos: a **análise econômica** e as **questões gestonárias e associativas**. Para que o estudo seja realizado é necessário conhecer muito bem a atividade que se deseja implantar e pensar previamente sobre os vários aspectos que envolvem o empreendimento coletivo. Com isso, aumentam-se as possibilidades de êxito e evitam-se problemas que poderiam surgir no futuro.

A análise da viabilidade econômica compreende duas etapas: as perguntas e as contas necessárias. As perguntas sobre o empreendimento servem para sistematizar e aperfeiçoar o conhecimento sobre o projeto e identificar os números a serem utilizados na segunda etapa. Cada grupo deve formular as perguntas mais adequadas ao seu tipo de projeto e,

para isso, é fundamental que tod@s @s envolvid@s participem diretamente de todo o processo, formulando as perguntas e buscando as respostas. As perguntas mais comuns são:

O que produzir e qual a quantidade?

Haverá investimentos em máquinas, equipamentos, obras, energias e outros materiais indispensáveis para garantir as condições de produção?

Que matéria-prima será utilizada e onde será conseguida?

Quantas pessoas estarão envolvidas e qual será a remuneração?

Para quem, onde e como será a venda e qual o preço praticado?

Que embalagem e transporte serão necessários?

Quais os recursos disponíveis para o início da atividade?

Serão necessários impostos e tributos?

Será necessário empréstimo bancário para realizar o investimento?



As respostas a essas perguntas darão origem aos números a serem utilizados na próxima etapa, que consiste na ordenação e interpretação dos mesmos.

Apesar da importância da análise econômica, o seu resultado positivo não garante por si só a sustentabilidade da iniciativa. As questões sobre gestão e relações associativas são fundamentais. Uma não vive sem a outra. Tais questões buscam identificar compromissos e responsabilidades que precisam ser assumidas por cada um dos envolvidos, combinando as "regras do jogo" a serem assumidas por todos. As mais frequentes são:

Quem participa e quais as condições de participação?

Quais implicações, compromissos e responsabilidades deverão ser assumidos por cada um?

Como será a partilha de tarefas e responsabilidades?

Como e quem fará as anotações necessárias e como será feita a prestação de contas?

Como serão tomadas as decisões e como será feita a distribuição das sobras?

Como e quando será feita a avaliação do andamento da iniciativa?

Haverá necessidade de assessoria? Qual será o papel do assessor?

É muito importante que tudo fique combinado e bem claro para todos os membros do grupo desde o início. Aparentemente, essas questões têm pouco a ver com a viabilidade econômica em si. Mas têm muito a ver com a viabilidade do grupo de se manter unido por longo tempo. E esta união é essencial para a sustentabilidade do projeto. A Socioeconomia Solidária une o que é inseparável: o econômico e o político, a viabilidade econômica e a gestão participativa.

Não temos obrigação de saber tudo. Quando tivermos dúvidas, devemos procurar quem possa nos ajudar. Nesta fase é muito importante visitar e conhecer a experiência de outros grupos que já estejam trabalhando com um empreendimento semelhante ao que pretendemos iniciar. Para que o projeto tenha sucesso é essencial a participação

consciente de tod@s @s envolvid@s. Tod@s precisam ter as informações necessárias para que decidam, com conhecimento de causa, sobre as várias atividades previstas. Este é o maior desafio para o sucesso do projeto.

Como já foi comentado anteriormente, essa formação se constituiu num profundo aprendizado para a equipe. Nesse sentido, gostaríamos de destacar a importância do cuidado d@s educador@s na elaboração e desenvolvimento de projetos. Cuidado quanto à interferência exagerada nos processos formativos que muitas vezes força o grupo a tomar decisões que não são do grupo, mas o fazem em obediência cega aos objetivos originais do projeto. Dessa forma, contribuem para a perda de sentido do trabalho por parte d@s sujeit@s envolvid@s, afetando diretamente a sustentabilidade da iniciativa. Partindo do princípio da construção coletiva de conhecimento, os saberes dos sujeitos e d@s educador@s se complementam para criar um novo conhecimento que será apropriado e aplicado por ambos. Assim, evita-se a demasiada passividade d@s educador@s no processo educativo, iludid@s de que “tudo virá d@s participantes, pois eles já trazem o saber necessário e suficiente”. Portanto, a educação libertadora é um processo que envolve o uso justo e

adequado da autoridade d@s educador@s, evitando tanto o autoritarismo quanto o liberalismo!

Trata-se aqui de uma mudança cultural, que certamente demanda um espaço/tempo diverso do pretendido pela maioria das instituições, sejam elas governamentais ou não. A necessidade de obtenção de resultados imediatos, mensuráveis por indicadores objetivamente formulados, muitas vezes tem se constituído em fator determinante para o impedimento de processos de empoderamento real, onde os sujeitos passem a acreditar no seu potencial e a desdobrar essa potência em trabalho produtivo e digno. Porém, o tempo do projeto acaba antes que isso seja possível.

Por fim, nossa intenção aqui foi contribuir no aprofundamento do debate acerca de uma necessidade premente para os seres humanos e para o Planeta. Referimo-nos à **mudança de paradigma**, que, ao nosso ver, é o resultado de **mudanças concretas das práticas** num processo que é eminentemente **cotidiano e relacional**.

O PACS - Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul é uma organização sem fins lucrativos, dedicada ao Desenvolvimento Solidário, que trabalha com educação, pesquisas e práticas socioeconômicas, e tem sede no Rio de Janeiro. A proposta do Pacs é colocar o trabalho e a criatividade de sua equipe a serviço dos movimentos sociais, das entidades eclesiais, dos governos populares, dos grupos de produção associada (cooperativas, empresas autogestionárias, associações, grupos informais e escolas de trabalhadores), das escolas públicas e de outras organizações de desenvolvimento solidário, pensando a economia de forma diferente e buscando outros rumos ao nosso sistema sócio-econômico.

O PACS produz estudos, análises e reflexão crítica sob a forma de publicações impressas e audiovisuais; políticas alternativas e projetos de desenvolvimento; assessorias e atividades educativas.

A ação do Instituto se resume em oferecer o máximo de apoio, subsídios e sinergia no processo de empoderamento dos seres humanos para que se tornem sujeitos plenos, conscientes e soberanos do seu próprio desenvolvimento enquanto pessoas e coletividades.



É partindo das potencialidades das pessoas, dos grupos e dos seus locais que o trabalho vai ganhando formas de resistência a um sistema cruel que valoriza o mercado, e não o trabalho e a capacidade de criação das pessoas; vai se fortalecendo na valorização das culturas locais, que vêm perdendo espaço para uma cultura imposta que utiliza sutilezas para nos convencer de que só existe uma maneira de fazer e de viver, impondo uma cegueira sobre as possibilidades de criação, de saberes acumulados por gerações.

O trabalho desenvolvido pelo PACS e comentado nesta publicação foi uma experimentação e um desafio desvendado pelo processo em construção. A perspectiva metodológica adotada nessa experiência aliou a circulação de informações e a sensibilização d@s técnic@s/educador@s para o reconhecimento das práticas excludentes presentes na maioria das ações voltadas para o público mais à margem de nossa sociedade.

Saiba mais sobre esta série:

Série *Semeando Socioeconomia*: livretos dedicados às práticas e reflexões sobre o desenvolvimento local, o cooperativismo autogestionário e popular, redes de economia solidária e eixos transversais.

Números anteriores:

1. Construindo a Socioeconomia Solidária do Espaço Local ao Global (bilíngüe)
2. Socioeconomia Solidária: Construindo a Democracia Econômica
3. Histórias de Socioeconomia Solidária
4. Construindo a Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária
5. Agenda Libertária (bilíngüe)
6. Desafios ao Desenvolvimento Local: Terra e Habitação
7. Economia Solidária no Fórum Social 2002
8. Moeda Social e Trocas Solidárias: experiências e desafios para ações transformadoras
9. Modos de fazer socioeconomia: Contribuições à educação popular